



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB

COMISSÃO DE CULTURA
PROJETO DE LEI Nº 1.893 de 2019
(Do Sr. RENILDO CALHEIROS)

Institui o Fundo Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - FUNPHAN.

Emenda nº 3

O art. 3º e os §1º, §2º e §3º do art. 3º do Projeto de Lei nº 1.893 de 2019, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Os recursos financeiros do FUNPHAN serão aplicados, nos termos do regulamento, em projetos de conservação e de gestão de bens culturais tombado, que também poderão ser beneficiados com recursos financeiros oriundos dos mecanismos que compõem o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, conforme trata a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

§1º Os recursos financeiros do FUNPHAN, que priorizarão os projetos de conservação, serão repassados por meio de transferência direta, simplificada, transparente e em plataforma única, da União aos Estados e Municípios, assegurada a obrigatoriedade de repasses financeiros regulares, automáticos e equitativos.

§2º A liberação de recursos prevista no §1º fica condicionada à contrapartida financeira ou de outra natureza por parte do Ente federado beneficiado, além de prestação de contas ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. ”

(NR)

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com os incisos III e IV do art. 23 da Constituição Federal, são competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; e impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.

Aos Municípios, conforme o inciso IX do art. 30 da Carta Magna, compete promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB

Nesse aspecto, ainda é importante evidenciar que a Constituição Federal em seu §1º do art. 216, determina que o poder público, com a colaboração da comunidade, deve promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação.

Diante das competências constitucionais municipais, no tocante ao patrimônio cultural, faz-se então necessário garantir recursos financeiros originários do Fundo Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (FUNPHAN) aos Municípios.

O art. 3º do PL 1.893/2019 estabelece que os recursos financeiros do FUNPHAN serão aplicados em ações de recuperação e preservação do acervo patrimonial histórico, artístico e arquitetônico nacional.

A fim de ampliar esse escopo, tendo em vista o conjunto de competências constitucionais municipais nesse aspecto e também criar condições para o desenvolvimento de uma perspectiva de preservação estruturante e de longo prazo, o texto da emenda prevê que sejam beneficiados com recursos financeiros do FUNPHAN em ações de recuperação e preservação do acervo patrimonial tombado, de modo a contemplar não somente a preservação do patrimônio cultural em si mas o que engloba iniciativas de restauração, de gestão de riscos e prevenção de desastres, de acessibilidade, dentre outras, como também, o uso sustentável do bem cultural tombado, em consonância com a sua conservação.

Nesse sentido, ainda se destaca a importância de ser contemplado no texto do projeto de lei, o aspecto da gestão de riscos e prevenção de desastres, haja vista que devem ser evitados os episódios como o do incêndio que destruiu em setembro de 2018 grande parte do acervo e da sede do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Assim sendo, o texto da emenda prevê a necessidade de ser observada a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que versa, dentre outros aspectos, sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC.

Ademais, nesse íterim, ainda deve ser considerado o aspecto da acessibilidade, a fim de garantir os direitos culturais das pessoas com



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB

deficiência, assim como estabelece a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que se trata do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O texto da emenda evidencia, no caso dos Municípios com bens culturais tombados em nível federal, que também sejam reconhecidos como “Patrimônio Mundial Cultural” pela UNESCO, a necessidade de ser observado o Decreto 9.763, de 11 de abril de 2019, que regulamenta o disposto no inciso XI do art. 5º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, com vistas a desenvolver, ordenar e promover os segmentos turísticos relacionados com o Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil.

O §1º do art. 3º do Projeto de Lei nº 1.893/2019, prevê também que as transferências de recursos financeiros ocorram por meio de “convênios e outros instrumentos de cooperação, firmados pela União com Estados e Municípios”.

Contudo, entende-se que é fundamental que seja criada, no âmbito da Cultura, a transferência de recursos financeiros federais aos Municípios, de forma direta e não apenas por meio de convênios e contratos de repasse.

A forma direta desburocratiza tornando o repasse simplificado e transparente que irá contar com uma plataforma única e também ficando condicionada a prestação de contas ao IPHAN, com isso assegura a obrigatoriedade de repasses financeiros regulares, automáticos e equitativos, a fim de que os Municípios tenham melhores condições de estruturar tecnicamente e financeiramente sua gestão pública de cultura, em curto, médio e longo prazo, no que se refere à preservação do patrimônio cultural.

Sala das sessões, em de maio de 2019.

Deputado Tadeu Alencar
(LÍDER DO PSB)